



DIMPES

Diário Oficial do MPES

Francisco Martínez Berdeal
Procurador-Geral de Justiça
 Elda Márcia Moraes Spedo
Subprocuradora-Geral de Justiça
Administrativa
 Andréa Maria da Silva Rocha
Subprocuradora-Geral de Justiça Judicial
 Luciana Gomes Ferreira de Andrade
Subprocuradora-Geral de Justiça
Institucional
 Gustavo Modenesi Martins da Cunha
Corregedor-Geral do Ministério Público
 Humberto Alexandre Campos Ramos
Ouvidor do Ministério Público

Procuradores:
 Catarina Cecin Gazele
 Carla Viana Cola
 Alexandre José Guimarães
 Sócrates de Souza
 Fábio Vello Corrêa
 José Claudio Rodrigues Pimenta
 Josemar Moreira
 Benedito Leonardo Senatore
 Maria de Fátima Cabral de Sá
 Sídia Nara Ofranti Ronchi

Luis Augusto Suzano
 Altamir Mendes de Moraes
 Antonio Fernando Albuquerque
 Ribeiro
 Maria Beatriz Renoldi Murad
 Vervloet
 Cleber Pontes da Silva
 Carla Stein
 Edwiges Dias
 Karla Dias Sandoval Mattos Silva
 Almiro Gonçalves da Rocha

Izabel Cristina Salvador Salomão
 Márcia Jacobsen
 Emmanoel Arcanjo de Souza
 Gagno
 Fabiana Fontanella
 Cézar Augusto Ramaldes da
 Cunha Santos
 Marcello Souza Queiroz
 Maria Cristina Rocha Pimentel
 Arlinda Maria Barros Monjardim

CIRCULAÇÃO IRRESTRITA - QUINTA-FEIRA, 31 DE JULHO DE 2025

O Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Dimpes, instituído pela Portaria nº 8560 de 09 de agosto de 2019, com fundamento no inciso LXVII do art. 10 da Lei Complementar Estadual nº 95, de 28 de janeiro de 1997, é veiculado, sem custos, no sítio do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (www.mpes.mp.br) na rede mundial de computadores (Internet). O Dimpes é o instrumento oficial de publicação, divulgação e comunicação dos atos processuais, procedimentais e administrativos do MPES e substitui a versão impressa das publicações oficiais. Sua publicação atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), instituída pela MP-2.200-2/2001.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA - PGJ

PORTARIA PGJ Nº 704, de 30 de julho de 2025.

TORNAR SEM EFEITO a Portaria PGJ nº 594/2021, publicada no Diário Oficial de 02.09.2021, que designa a Promotora de Justiça, BRUNA LEGORA DE PAULA FERNANDES, para atuar no Gabinete de Mudanças Climáticas, na qualidade de Coordenadora, 05.06.2025 a 01.05.2026.

PORTARIA PGJ Nº 705, de 30 de julho de 2025.

TORNAR SEM EFEITO a Portaria PGJ nº 595/2025, publicada no Diário Oficial de 05.06.2025, que designa o Promotor de Justiça, MARCELO LEMOS VIEIRA, para atuar no Gabinete de Mudanças Climáticas, na qualidade de Subcoordenador, no período de 05.06.2025 a 01.05.2026.

PORTARIA PGJ Nº 706, de 30 de julho de 2025.

DESIGNAR, na forma do art. 10, inciso XIV, da Lei Complementar Estadual nº 95, de 28 de janeiro de 1997, a Promotora de Justiça, BRUNA LEGORA DE PAULA FERNANDES, para atuar no Gabinete de Mudanças Climáticas, na qualidade de Coordenadora-Geral - CG-Gabclima, na forma do art. 3º-A, inciso I, da Portaria PGJ nº 593, de 04 de junho de 2025, no período de 29.07.2025 a 01.05.2026.

PORTARIA PGJ Nº 707, de 30 de julho de 2025.

DESIGNAR, na forma do art. 10, inciso XIV, da Lei Complementar Estadual nº 95, de 28 de janeiro de 1997, a Promotora de Justiça, BRUNA LEGORA DE PAULA FERNANDES, para atuar no Gabinete de Mudanças Climáticas, na qualidade de Coordenadora da Coordenadoria Especial de Adaptação, na forma do art. 3º-A, inciso II, da Portaria PGJ nº 593, de 04 de junho de 2025, no período de 29.07.2025 a 01.05.2026.

PORTARIA PGJ Nº 708, de 30 de julho de 2025.

DESIGNAR, na forma do art. 10, inciso XIV, da Lei Complementar Estadual nº 95, de 28 de janeiro de 1997, o Promotor de Justiça, MARCELO LEMOS VIEIRA, para atuar no Gabinete de Mudanças Climáticas, na qualidade de Coordenador da Coordenadoria Especial de Mitigação, na forma do art. 3º-A, inciso III, da Portaria PGJ nº 593, de 04 de junho de 2025, no período de 29.07.2025 a 01.05.2026.

Vitória, 30 de julho de 2025.

FRANCISCO MARTÍNEZ BERDEAL
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

CONVITE

CONVIDA, na forma do art. 10, inciso XXXIII da Lei Complementar Estadual nº 95, de 28 de janeiro de 1997, os membros e servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo para participarem do *IX Seminário de Direito à Diversidade Sexual e à Identidade de Gênero*, a ser realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e pela Comissão de Direito à Diversidade Sexual e à Identidade de Gênero (CDDs), em parceria com o Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CEMP) e com a Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP), no dia 15